

CAPÍTULO I

Auditoria é um exame de verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada. Realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar um opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada.

Tipos de auditoria

Auditoria interna: é uma função independente, integrada dentro de uma organização, com um serviço para a mesma. Examina e avalia as atividades da organização (não só as operacionais mas também os aspetos contabilísticos e financeiros). O objetivo é ajudar os membros da organização na governação da mesma.

Auditoria financeira: exame independente das FD's e respetiva documentação de suporte. O objetivo é exprimir uma opinião sobre se as DF's apresentam de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira e o desempenho da entidade.

Auditoria de gestão

Auditorias operacionais ou de resultados

Auditoria fiscal

Auditoria de projetos ou programas

Auditoria de sistemas

Auditoria ambiental

CAPÍTULO II

Processo de auditoria:

- Acordar os termos do trabalho de auditoria (ISA 210)
 - Contrato ou carta de compromisso
 - Controlo de qualidade em auditoria
- Planear a auditoria
- Realização (obtenção de prova) de auditoria
- Emitir opinião (conclusões da auditoria/relatório)

Procedimentos de auditoria

- O revisor deve desenvolver e documentar um plano global de revisão/auditoria que descreva o âmbito e a condução esperados, suficientemente pormenorizado para orientar o desenvolvimento do respetivo programa de trabalho.
- A sua forma e conteúdo variam de acordo com a dimensão da entidade, a complexidade da revisão/auditoria, a necessidade de reuniões dos membros da equipa de trabalho e a metodologia e a tecnologia específicas a usar.
- O auditor pode ter necessidade de modificar a estratégia global da auditoria devido a acontecimentos inesperados, alterações nas condições ou mesmo na sequência dos resultados obtidos nos procedimentos de auditoria entretanto realizados.
- No caso de uma auditoria inicial, o revisor pode ter a necessidade de aumentar o planeamento dado não ter ainda experiência anterior com a entidade.

Assuntos a considerar no planeamento:

- Conhecimento do negócio

- Conhecimento dos sistemas contabilístico e de controlo interno
- Risco e materialidade
- Natureza, tempestividade e extensão de procedimentos
- Coordenação, direção, supervisão e procedimentos
- Utilização de tecnologias de informação (pelos revisor/auditor e/ou entidade)
- Outros assuntos

Conhecimento da entidade e do negócio

Ao efetuar uma auditoria das DF's, o auditor deve ter conhecimento do negócio suficiente que o habilite a identificar e compreender os acontecimentos, as transações e as práticas que, em seu julgamento, possam ter um efeito materialmente relevante sobre as DF's, o exame às mesmas ou a certificação/relatório.

Risco em auditoria

Risco em auditoria (RA) é a suscetibilidade de o auditor dar uma opinião inapropriada quando as DF's estão distorcidas de forma materialmente relevante.

$$RA = RI * RC * RD$$

$$RD = RA / (RI * RC)$$

Componentes do RA:

- **Risco Inerente (RI)** – é a suscetibilidade de o saldo de uma conta ou classe de transações conter uma distorção materialmente relevante, individualmente ou agregada com outros saldos ou classes (sem considerar controlos internos)
 - Há contas com maior probabilidade de sofrerem distorção. (ex: imparidades ou depreciações)
- **Risco de controlo (RC)** – é a suscetibilidade de uma distorção ocorrer no saldo de uma conta ou classe de transações e que possa ser materialmente relevante (individualmente ou em agregado) não prevenida ou detetada e corrigida pelo Sistema de Controlo Interno (SCI)
 - Não há sistema de controlo interno, logo haverá sempre algum RC. Os testes ao controlo são destinados a obter prova de auditoria:
 - ✓ Se o SCI está bem e é ajustado para prevenir/detetar distorções materialmente relevantes
 - ✓ Tais controlos estão a funcionar no período.
- **Risco de deteção (RD)** – é a suscetibilidade de os procedimentos substantivos executados pelo auditor não detetarem uma distorção materialmente relevante no saldo de um conta ou classe de transações, individualmente ou agregado.
 - Está diretamente relacionado com os procedimentos ou testes substantivos executados pelo auditor. A avaliação pelo auditor dos RI e RC determina a natureza, extensão e calendário dos testes substantivos que o calendário dos testes substantivos que ele levará a cabo. Assim o auditor visa reduzir o RD e, por consequência, o RA.
 - ✓ Natureza : confirmações vs. vouching, testes de detalhes vs. proced. analíticos.
 - ✓ Extensão: amostragem maior ou menor.
 - ✓ Calendário: fim ano vs. outra data.
- **Risco de distorção material (RDM)** – é o risco das DF's conterem distorções materialmente relevantes antes da auditoria.

Materialidade

As DF's estão distorcidas de forma materialmente relevante quando contêm omissões ou distorções cujo efeito, individual ou agregado, é suficiente para que não constituam uma apresentação adequada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com a estrutura de relato financeiro adotada e, conseqüentemente, influenciem as decisões económicas dos seus utilizadores.

Determinantes da materialidade (a materialidade de um item depende)

- Da dimensão (quantidade) – aspeto quantificável expresso em termos financeiros. Ex: 5% do RLP
- Da natureza (qualidade) – tipo de negócios, volatilidade dos resultados, nível de endividamento
- Das circunstâncias – utilizadores? Necessidades dos utilizadores?

Os níveis de materialidade não são estáticos

A materialidade é determinada não apenas para estabelecer os procedimentos de revisão como também para avaliar os resultados desta. À medida que os procedimentos vão sendo executados, as diferenças de auditoria vão sendo acumuladas para efeitos de apreciação final, mesmo que individualmente não excedam o nível determinado para cada conta ou grupo de contas ou classe de transações.

MATERIALIDADE

A) A nível global das Demonstrações Financeiras

a. Materialidade baseada nos resultados das operações

- Resultados antes dos impostos: 5% a 10%
- Margem bruta: 1% a 2%
- Volume de negócios: 1% a 2%

b. Materialidade baseada na posição financeira

- Capital próprio: 2%
- Ativo líquido: 2%

B) A nível de conta ou grupos de contas ou classes de transações

Materialidade de execução – é inferior à materialidade estabelecida para as DF's como um todo (50% a 80%), e é determinada para que seja remota a probabilidade do total das omissões e distorções identificadas, ou que fiquem por identificar, exceder a materialidade estimada.

A consideração do nível de materialidade acompanha a identificação de contas ou grupos de contas ou classes de transações de importância significativa, a estimativa da probabilidade de erros de revisão/auditoria importantes e o planeamento da natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos de revisão/auditoria.

PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DE PROVA

- 1) Inspeção – de documentos em papel ou eletrónicos, de registos, de ativos fixos tangíveis, de caixa
- 2) Observação – o auditor observa simplesmente com são executadas as tarefas.
- 3) Indagação – o auditor faz as perguntas necessárias para a execução do seu exame.
- 4) Confirmação externa – pretende-se obter a confirmação de terceiros (certidões, circularizações)
- 5) Recálculo – o auditor reexecuta os procedimentos ou controlos internos da entidade
- 6) Procedimentos analíticos – comparações com períodos anteriores, rácios, comparações.

Tipos de testes de auditoria

- Testes aos controlos (relacionados com o risco de controlo)
 - Destinados a obter evidência acerca do SCI : constatar a existência, conceção adequada de um SCI; efetivo funcionamento do SCI durante o período em apreço.
- Testes substantivos (relacionados com o risco de deteção)
 - Destinados a obter prova de auditoria e detetar distorções materialmente relevantes nas DF's
 - 2 tipos de testes substantivos
 - Testes dos saldos e das transações (testes dos detalhes)
 - Procedimentos analíticos

Procedimentos de auditoria

- **Procedimentos analíticos** – consistem nas avaliações de informação financeira realizadas através da análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.

Os procedimentos analíticos permitem concluir, quando analisamos o balanço (análise horizontal e vertical) e a demonstração de resultados, quais as áreas mais significativas:

- ✓ Variação mais acentuada
- ✓ Maior peso no total do ativo, passivo e capital próprio.

Para além dos “tradicionalis” rácios podemos criar rácios e indicadores específicos para a empresa que nos permitam avaliar possíveis alterações na sua estratégia.

Os procedimentos analíticos são úteis para identificar:

- Diferenças não esperadas/ausências de diferenças esperadas;
- Erros potenciais;
- Irregularidades potenciais ou atos ilegais;
- Transações ou fatos não recorrentes ou não usuais.

Podemos utilizar rácios relativos a:

- Atividade
- Rendibilidade
- Funcionamento
- Liquidez e tesouraria
- Endividamento
- Cobertura

Rácios de atividade (exemplos)

$$\text{Variação Volume de Negócios} = \frac{\text{Vol. Neg.}_n - \text{Vol. Neg.}_{n-1}}{\text{Vol. Neg.}_{n-1}}$$

$$\text{Margem bruta \%} = \left(1 - \frac{\text{CMVMC}}{\text{PRODUÇÃO}}\right) * 100$$

Rácios de rendibilidade (exemplos)

- Rendibilidade bruta de vendas $\frac{\text{Resultado Bruto}}{\text{Volume de Negócios}}$
- Rendibilidade operacional das vendas $\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Volume de Negócios}}$
- Rendibilidade líquida das vendas $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$
- Rendibilidade operacional do ativo $\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Activo}}$
- Rendibilidade líquida do ativo $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Activo}}$
- Rendibilidade dos capitais próprios $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capitais Próprios}}$

Rácios de funcionamento(exemplos)

- Prazo médio de recebimento $\frac{\text{Saldo de Clientes}}{\text{Vol. Neg.} \times (1 + \text{tx. IVA})} * 12 \text{ meses}$
- Prazo médio de pagamento $\frac{\text{Saldo de Fornecedores}}{(\text{CMP} + \text{FSE}) \times (1 + \text{tx. IVA})} * 12 \text{ meses}$

- Prazo médio de pagamento
- Prazo médio de inventários
- Rotação do ativo

Rácios de endividamento(exemplos)

- Autonomia financeira $\frac{\text{Capitais próprios}}{\text{Ativo}}$
- Solvabilidade $\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo}}$
- Endividamento Global $\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$
- Solvabilidade total $\frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo}}$

Rácios de cobertura(exemplos)

- Autonomia financeira agregada $\frac{\text{Capitais próprios} + \text{suprimentos m.l.p.}}{\text{Ativo}}$
- Capacidade de reembolso operacional $\frac{\text{Passivo financeiro}}{\text{Autofinanciamento do período}}$
- Cobertura dos gastos financeiros $\frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Gastos financeiros}}$
- Cobertura de dívida $\frac{\text{Passivo financeiro}}{\text{EBITDA}}$

Rácios de liquidez(exemplos)

- Liquidez geral $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Ativo}}$
- Liquidez reduzida $\frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Investimentos e ativos biológicos}}{\text{Passivo Corrente}}$
- Liquidez imediata $\frac{\text{Meios Líquidos Financeiros}}{\text{Passivo Corrente}}$

Risco de amostragem

O risco da conclusão do auditor baseada numa amostra pode ser diferente daquela a que chegaria se analisasse toda a população.

- Nos testes aos controlos: que estes são mais (ou menos) eficazes do que realmente são.
- Nos testes dos detalhes: que existe uma distorção material quando de facto não existe.

CAPÍTULO III

Controlo Interno

O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Objetivos:

- 1- Obtenção dos objetivos da gestão
- 2- Salvaguarda de ativos
- 3- Prevenir e detetar erros ou fraudes
- 4- Conformidade com normas e políticas
- 5- Informação credível e fidedigna

Limitações inerentes aos controlos internos

- Relação custo benefício
- Transações não usuais
- Existência de erros humanos, conluio e fraudes
- Utilização da informática
- Mau uso da responsabilidade
- Postura do órgão de gestão
- Dimensão da entidade

Componentes do controlo interno

- 1- Ambiente de controlo (é a fundação de qualquer SCI, porque condiciona todas as atividades. Reflete a atitude geral e as ações do Conselho de Administração, da gestão e outro pessoal sobre CI. A história e a cultura da empresa são muito importantes para este ambiente.)
- 2- Avaliação do risco (os objetivos de uma organização podem estar em risco por diversos fatores. Uma empresa deve ter um processo para avaliar os riscos potenciais que possam por em causa a consecução dos seus objetivos. Esta avaliação é um processo de 3 passos: Estimar a significância do risco; Avaliar a probabilidade de ocorrência; Definir como o risco deve ser gerido e que ações tomar)
- 3- Sistema de informação
- 4- Atividades de controlo (constituem as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretrizes do órgão de gestão são levadas a efeito.)
- 5- Monitorização dos controlos (destina-se a avaliar a eficácia de todas as componentes do SCI e implementar ações corretivas quando necessário.)

Procedimentos de controlo

- Autorização (competência?)
- Segregação de funções (autorização, execução, guarda e registo)
- Documentos e registos (pré-numeração)
- Controlos de acesso (diretos/indiretos)
- Verificação interna independente (auditoria interna)

Tipos de controle

- Controle preventivo (prevenir o indesejável, limites de autoridade)
- Controle detetivo (detetar o indesejável, conciliação bancária)
- Controle diretivo (provocar o desejável, depósito diário de importâncias)
- Controle corretivo (retificar problemas, lista de reclamações de clientes)
- Controle compensatório (compensar fraquezas, total das vendas da comercial igual ao das vendas da contabilidade)

CAPÍTULO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO

É um dos elementos da prestação de contas a apresentar pelo órgão de gestão e aquele que é da sua exclusiva responsabilidade, sobre o qual o auditor se pronuncia.

A sua estrutura deve conter uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e posição da sociedade, descrevendo os principais riscos e incertezas que a mesma enfrenta.

Procedimentos de auditoria

O auditor emite um parecer e pronuncia-se sobre a concordância da informação financeira constante no mesmo com as DF's. Para isso deverá:

- Analisar e verificar se o RG foi elaborado de acordo com os requisitos legais.
- Incidir a sua análise sobre a concordância das quantias constantes no RG com as DF's.
- Verificar se no anexo ao RG contam as listas definidas nos artigos.

BALANÇO – MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Risco de distorção material

- Existência (as quantias em caixa e DO não existem)
- Direitos e obrigações (a entidade não detém os direitos das quantias)
- Plenitude (garantias que não foram registadas)
- Valorização e imputação (quantias registadas por um valor errado)
- Classificação e compreensibilidade (informação não está apropriadamente descrita)

Medidas de controle Interno

Os meios monetários são os mais vulneráveis e suscetíveis de apropriação indevida. Algumas medidas principais com eles relacionadas são:

- Pagamento:
 - Em numerário: pequenos pagamentos
 - Fundo fixo de caixa
 - Restantes pagamentos por cheque, transferência ou e-banking
- Recebimentos
 - Depositar diariamente
- Reconciliações bancárias
 - Regulares e tempestivas

Objetivos de auditoria

- ✓ Concluir se as políticas, procedimentos, ... são adequadas e aplicadas.
- ✓ O saldo da caixa tem todo o numerário ou todos os meios líquidos existentes na empresa ou em trânsito e que são de sua propriedade.
- ✓ O saldo da contas Depósitos á Ordem e Outros depositos bancarios são todos os depósitos existentes ou em trânsito.
- ✓ Os saldos das contas de MFL estão mensurados e no balanço de acordo com o normativo contab.

BALANÇO – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Risco de distorção material

- Existência (AFT não existem ou não reúnem critérios de reconhecimento)
- Direitos e obrigações (AFT não pertencem à entidade)
- Plenitude (nem todos os AFT foram registados)
- Valorização e imputação (AFT não estão incluídos nas DF's por quantias apropriadas)
- Classificação e compreensibilidade (informação sobre AFT não está apropriadamente descrita)

Controlo interno – medidas

- Existência do manual de AFT onde constam:
 - Política de investimentos definida pelo órgão de gestão;
 - Definição de políticas de capitalização;
 - Política de depreciação a ser seguida;
 - Instruções para contagem física dos bens.
- Existência de ficheiro dos bens dos AFT, permitindo o controlo de cada um deles, devendo conter a seguinte informação: número de código, descrição do bem e a sua localização, data de aquisição, data de entrada em funcionamento, vida útil estimada, etc.
- Cobertura de seguros – todos os bens devem estar seguros contra os riscos mais usuais. O valor pelo qual os bens foram inicialmente seguros deve ser periodicamente revisto de forma a que o valor coberto, seja tão próximo quanto possível do valor atual dos mesmos bens.

NCRF 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

• MENSURAÇÃO:

No Reconhecimento » pelo CUSTO (preço compra + direitos + impostos não reembolsáveis – abatimentos + outros custos para colocar no local em condições de uso)

Após o Reconhecimento:

Modelo do CUSTO » Custo – Depreciações - Perdas de Imparidade }

JV: tem de ser atualizado todos os anos? Norma fala apenas em “suficiente regularidade”, depende das variações dos JV's

• IMPARIDADE

Quando o AF está sobreavaliado (NCRF 12); depreciação extraordinária.

Exº: desastres, fenómenos naturais, evoluções técnicas muito rápidas É aceite fiscalmente, mas exige requisição prévia à AT.

• DESRECONHECIMENTO

Alienação; Cessação dos benefícios económicos futuros

• GASTOS FINANCEIROS

Regra geral: são levados a gastos

Exceção: para investimentos em curso

Objetivos de auditoria

- Confirmar se os procedimentos contabilísticos e de Controlo Interno são adequados e estão em funcionamento
- Confirmar se os bens são propriedade da empresa
- Verificar se existem gastos que deveriam ter sido capitalizados
- Se foi efetuada revalorização, as depreciações e amortizações foram efetuadas em termos adequados .
- Analisar os abates efetuados para ver se foram corretamente registados em termos de apuramento dos resultados, eliminados os custos e amortizações, etc.
- Os saldos de amortizações acumuladas consideram a vida útil esperada e o valor residual dos bens
- Os investimentos em curso traduzem efetivamente obras em curso à data do balanço ou adiantamentos por conta de investimentos

Procedimentos de auditoria

1ª auditoria:

à confirmação da existência dos valores de Investimento declarados e comprovação do cadastro de imobilizado apresentado

Auditoria recorrente:

o auditor preocupar-se-á apenas com os movimentos ocorridos nesse ano:

- adições
- amortizações e depreciações
- abates (alienações)

BALANÇO – Contas a receber e a pagar- Clientes e outros devedores

Riscos de distorção material

As quantias inscritas em contas a receber não existem **(existência)**.

A entidade não detém os direitos relativos às quantias inscritas em contas a receber **(direitos e obrigações)**

Existem quantias a receber que não foram registadas **(plenitude)**.

Há quantias a receber registadas por um valor errado **(valorização e imputação)**.

A informação financeira não está apropriadamente apresentada e descrita **(classificação e compreensibilidade)**.

Medidas de controlo interno

Aprovação (autorização) das vendas a crédito :

Nota de encomenda; encomendas por telefone, call-centers; recolha por vendedores

Os documentos:

guia de expedição (saída), guia de remessa (talão a servir de recibo pelo cliente), fatura

Controlo das contas a receber

Mapa de antiguidade de saldos ; Factoring

Conta-corrente

Detalhadas com todos os movimentos

A “justificação” de movimentos

Os valores em aberto

Notas de crédito

Autorização ; Causas: devolução, abatimentos; bónus; rappel; erros, etc.

Confirming

serviço bancário em que um banco confirma ao fornecedor a ordem do cliente de pagar certas faturas numa dada data; o fornecedor pode descontar tais valores.

Objetivos de auditoria

- Concluir se as políticas e os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionadas com clientes (outros devedores) são adequadas e se estão, efetivamente a ser aplicadas.
- Os saldos relativos a dívidas a receber representam efetivamente todos os créditos legítimos da empresa sobre clientes/outras entidades e estão adequadamente mensurados e apresentados no balanço.
- Concluir se todas as informações pertinentes relacionadas com clientes (outros devedores) estão adequadamente divulgadas no anexo.

Procedimentos de auditoria

- Testes aos controlos: início do trabalho de auditoria nesta área
- Confirmação dos saldos de contas a receber de clientes e outras entidades e obtenção de informações junto dos advogados da entidade
- Verificação dos saldos em moeda estrangeira – atualização às taxas de câmbio do final do exercício
- Análise dos balancetes por antiguidade de saldos e avaliar a adequação dos saldos de imparidades (não deve prevalecer o critério fiscal)
- Análise da adequação dos saldos de provisões (garantias a clientes; processos judiciais em curso)
- Procedimentos analíticos:
Comparação com períodos transatos
Rácios
- Acontecimentos posteriores à data do balanço (por ex: notas de crédito)

BALANÇO – Contas a receber e a pagar- Fornecedores e outros credores

Risco de distorção material

- Existência (quantias inscritas em contas a pagar não existem)
- Direitos e obrigações (as obrigações inscritas em contas a pagar não dizem respeito à entidade)
- Plenitude (quantias a pagar não registadas)
- Valorização e imputação (quantias registadas por um valor errado)
- Classificação e compreensibilidade (informação não está apropriadamente descrita)

Medidas de controlo interno

- A conferência da fatura do fornecedor.
- O controlo das dívidas a pagar aos fornecedores.

Objetivos de auditoria

- Concluir se as políticas e os procedimentos são adequados e efetivamente aplicados.
- Concluir se todos os passivos materiais estão reconhecidos, mensurados e no balanço.
- Concluir se todas as informações pertinentes estão no anexo.

Procedimentos de auditoria

- Examinar se a fatura foi paga no prazo acordado com o fornecedor e se o pagamento está no extrato bancário.
- Confirmar dívidas a pagar a fornecedores para aferir se estão refletidas e expressas no balanço pelos seus valores apropriados.
- Confirmar (circularizar) dívidas a pagar a fornecedores e outras entidades, mantendo o controlo sobre todo o processo (Quem, quando e como);

- Efetuar procedimentos alternativos relativamente às entidades de quem não foi obtida resposta (por ex: verificar se foram pagas no ano seguinte);
- Confirmar dívidas ao Estado, à Segurança Social, aos Bancos, sociedades de locação financeira..
- Testar a mensuração das dívidas a pagar

BALANÇO – Compras

Riscos de distorção material

- Deficiente corte de operações:
 - Registo de compras sem consideração do stock respetivo;
 - Consideração de stocks sem registo da operação de compra;
 - Responsabilidades não reconhecidas relativamente a serviços adquiridos e utilizados;
 - Serviços utilizados ainda não faturados nem reconhecidos;
- Deficiente balanceamento entre rendimentos e gastos;
- Passivos omitidos.

Medidas de controlo interno

- O processamento da compra
- A receção dos bens
- O controlo físico
- Conferência da fatura do fornecedor
- Controlo das dívidas a pagar ao fornecedor

Objetivos de auditoria

Nesta área o auditor pretende concluir se:

- Os procedimentos contabilísticos são adequados;
- As aquisições de bens e serviços respeitam a compras efetivas e estão relacionadas com a atividade da entidade (ocorrência)
- Todas as aquisições de bens e serviços ocorridas no exercício foram objeto de reconhecimento (plenitude ou integralidade);
- Todas as responsabilidades reconhecidas até à data a que se referem as DF decorrem de bens ou serviços adquiridos e estão adequadamente mensuradas e apresentadas no balanço (existência plenitude e valorização);
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no Anexo (Ocorrência, plenitude, classificação e compreensibilidade e rigor e valorização)

Procedimentos de auditoria

- Testas aos controlos após avaliação preliminar do sistema de controlo relativamente a cada transação constante da amostra.
- Procedimentos substantivos
 - Rever os papéis de trabalho do ano anterior e as conclusões obtidas, incluindo problemas identificados (resolvidos/não resolvidos)
 - Efetuar revisão analítica e justificar variações pouco normais
 - Analisar operações realizadas com entidades relacionadas e verificar se as mesmas são ou não efetuadas em contexto normal de mercado.

- Confirmar que para todos os artigos relacionados se encontra reconhecida a respetiva compra e correspondente responsabilidade
- Confirmar que para todas as faturas contabilizadas no final do ano relativas a compra de inventários foi considerando o respetivo stock em armazém ou em trânsito.
- Verificar a coerência dos outputs contabilísticos e a existência de saldos estranhos.
- Analisar acontecimentos subsequentes.
- Testar estimativas.
- Ler atas.
- Conclusões

BALANÇO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – inventários e CMVMC

Risco de distorção material

- Deficiente corte de operações
- Deficiente inventariação física
- Deficiente determinação do custo de aquisição ou de produção
- Stocks sem rotação
- Stocks com valor realizável líquido inferior ao custo.

Medidas de controlo interno

- SIP vs. Inventário intermitente (periódico)
- O controlo contabilístico: inventário permanente vs. Intermitente.
- Alguns acontecimentos podem falsear as contagens e distorcer os resultados. (itens recebidos de fornecedores antes da contagem, artigos já lançados na contabilidade mas não na contagem, transferências entre secções, ...)

Conceitos contabilísticos

- Mensuração – pelo custo ou pelo VRL, dos dois o + baixo
 - Valor realizável líquido (VRL) = preço venda estimado – custos estimados
 - Não se aplica a materiais
- Gasto dos inventários (custeio das saídas):
 - FIFO
 - Custo médio ponderado
 - Identificação específica (LIFO não permitido)
- Apresentação – os inventários e ativos biológicos são apresentados no balanço pelas quantias líquida de imparidades acumuladas.

Objetivos de auditoria – nesta área o auditor pretende concluir se:

- Os procedimentos contabilísticos são adequados.
- As aquisições de bens e serviços respeitam a compras efetivas e estão relacionadas com a atividade da entidade (ocorrência).
- Todas as aquisições de bens e serviços ocorridas no exercício foram objeto de reconhecimento (plenitude ou integridade).
- Todas as responsabilidades reconhecidas até à data a que se referem as DF decorrem de bens ou serviços adquiridos e estão adequadamente mensuradas e apresentadas no balanço (existência, plenitude e valorização).
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo (ocorrência, plenitude, classificação e compreensibilidade e rigor e valorização).

Procedimentos de auditoria

•Procedimentos substantivos

- o Observação do processo de inventariação e testes às contagens físicas
- o Análise do corte de operações
- o Testes às listas finais de inventários, confirmando concordância das quantidades consideradas com as contagens físicas.
- o Testes ao custo de aquisição ou de produção e à forma de custear as saídas.
- o Análise da rotação dos stocks e obtenção de listas de bens sem rotação.
- o Teste à mensuração dos inventários finais e das perdas por imparidade consideradas.
- o Verificação da consistência das políticas adotadas.
- o Análise das divulgações constantes do anexo

•Procedimentos analíticos

- o Comparar o CMVMC com o ano anterior em valor e em % das vendas.
- o Comparar o CMVMC com o apresentado pelo setor de atividade.
- o Comparar a margem bruta com o ano anterior.
- o Comparar a margem bruta com o apresentado pelo setor de atividade

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – Gastos com o pessoal

Riscos de distorção material

- Recrutamento:
Contratar colaboradores desnecessários ou sem perfil adequado;
- Cadastro:
Ficha de colaborador incorreta
- Processamento e pagamento de salários:
Processamento /pagamento de vencimentos (quantias) indevidos
Pagamento a trabalhadores inexistentes
- Gastos incorretamente registrados / Especialização de férias e subsídios de férias, p.e.

Medidas de controlo interno

- Constituir/ atualizar processo individual
- Definir procedimentos de contratação
- Controlo dos tempos de trabalho/ inspeção física de colaboradores
- Documentar pagamento de vencimentos
- Confirmar obrigações declarativas (AT, Seg. Social)

Objetivos de auditoria

Nesta área o auditor pretende concluir se:

- As contratações respeitam a necessidades efetivas e estão relacionadas com a atividade da entidade (ocorrência);
- Todas as contratações/ despedimentos ocorridas no exercício foram objeto de reconhecimento (plenitude ou integralidade);
- Todas as responsabilidades reconhecidas até à data a que se referem as DF estão adequadamente mensuradas e apresentadas no balanço (existência, plenitude e valorização);
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no Anexo (Ocorrência, plenitude e valorização).

Procedimentos de auditoria

- Testes aos controlos após avaliação preliminar do sistema de controlo
- Realização de procedimentos analíticos:
- Comparação dos gastos com o pessoal com os gastos do período anterior e dos gastos em percentagem das vendas com a média do setor
- Evolução mensal dos gastos com o pessoal e do gasto médio por colaborador
- Aplicação de procedimentos substantivos:
 - Verificar o processamento das remunerações, dos encargos com a Segurança Social;
 - Verificar o pagamento e os recibos de vencimento
 - Comparar lista de pessoal com registos de trabalho
 - Verificar a contabilização
- Verificar se foi efetuada a especialização do exercício relativamente às férias e respetivo subsídio que serão pagos no ano seguinte (passivo relevante)
- Verificar os pagamentos dos impostos e das contribuições para a Segurança Social e se foram efetuados dentro dos prazos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – VENDAS

Riscos de distorção material

- Erros e omissões nas faturas emitidas;
- Registo incorreto ou inexistente da venda;
- Registo de venda que não é real;
- Vendas não foram registadas nas contas apropriadas
- Registo da venda não corresponde ao período correto

Medidas de controlo interno

- Aprovação (autorização) das vendas a crédito
Nota de encomenda; encomendas por telefone, call-center; recolha por vendedores
- Os documentos:
guia de expedição (saída), guia de remessa (talão a servir de recibo pelo cliente), factura
- Contas-correntes
Detalhadas com todos os movimentos
- Notas de crédito
Autorização
Causas: devolução, abatimentos; bónus; rappel; erros, etc.
- Factoring
com ou sem recurso

Objetivos de auditoria

Nesta área o auditor pretende concluir se:

- Os procedimentos contabilísticos e de controlo interno são adequados e estão a ser aplicados
- Os réditos estão em conformidade com a atividade da empresa e as vendas existiram efetivamente (ocorrência)
- As vendas estão adequadamente reconhecidos e mensuradas (Existência, valorização e imputação)
- O suporte documental das vendas está corretamente elaborado

- Confirmar a adequada apresentação e divulgação nas DF's

Procedimentos de auditoria

- Testes aos controlos após avaliação preliminar do sistema de controlo
- Verificar a nota de encomenda, documento de transporte, fatura para cada transação constante da amostra
- Validar a integração da fatura na contabilidade
- Verificar se o pagamento está de acordo com o prazo acordado com o cliente
- Testar os cálculos da fatura e utilização da tabela de preço
- **Procedimentos substantivos:**

Procedimentos analíticos

- Comparação com períodos transactos, com setor de atividade, com orçamentos
- Rácios; Calcular margens; Analisar variações pouco normais/ alteração de tendências

Outros procedimentos substantivos:

- Rever os papéis de trabalho do ano anterior e as conclusões obtidas, incluindo problemas identificados (resolvidos/não resolvidos);
- Analisar operações realizadas com entidades relacionadas e verificar se as mesmas são ou não efetuadas em contexto normal de mercado;
- Teste aos saldos e transações
 - o Recálculo
 - o Verificação documental
- Acontecimentos posteriores à data do balanço: verificar anulação de documentos de venda com notas de crédito, p.e.

ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

- Proporciona informação sobre as alterações na posição financeira.
- Complementa o balanço no que se refere ao capital próprio. (o balanço presta informação sobre a posição de cada rubrica dos capitais próprios no fim do período e a DACP mostra os movimentos ocorridos nestas rubricas.)

Procedimentos de Auditoria

Deve-se verificar se estão corretos os valores das seguintes rubricas:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| • Capital subscrito | • Ajustamentos em ativos financeiros |
| • Ações (quotas próprias) | • Excedentes de revalorização |
| • Outros instrumentos de capital próprio | • Outras variações no capital próprio |
| • Prémios de emissão | • Resultado líquido do período |
| • Reservas legais | • Total do capital próprio |
| • Resultados Transitados | |
| • Outras reservas | |

Para cada uma das rubricas deve-se verificar o seguinte:

- Se a posição no início do período corresponde aos saldos das rubricas existentes no balanço no fim do exercício anterior.
- Se a posição no fim do período corresponde aos saldos das rubricas constantes no balanço do exercício.
- Se as alterações são adequadas e se estão devidamente suportadas por documento apropriado.

Fluxos de Caixa

- Presta informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes agrupando os fluxos de caixa durante o período das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- Os fluxos de caixa são determinados pelo método direto, a partir dos movimentos contabilísticos, ou a partir de ajustamentos às rubricas da demonstração de resultados.

Procedimentos de Auditoria

- Deve-se ter especial atenção em conhecer e compreender o processo contabilístico que a entidade utiliza.
- Os principais procedimentos abrangem os saldos iniciais e finais, bem como os pagamentos e recebimentos em cada grupo de atividades (operacionais, investimento e financiamento).

Grupo de atividades operacionais:

- Recebimentos de clientes
- Pagamento a fornecedores
- Pagamentos ao pessoal
- Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento
- Outros recebimentos/pagamentos

Grupo de atividades de investimento:

- Pagamentos
- Recebimentos

Grupo de atividades de financiamento:

- Recebimentos
- Pagamentos

ANEXO

As DF's contêm no anexo notas e quadros suplementares e outras informações adicionais, relevantes para as necessidades dos utentes sobre os itens do balanço, da demonstração de resultados e de fluxos de caixa.

Divulgam-se no anexo, riscos e incertezas que afetem a entidade, quaisquer recursos e obrigações não reconhecidos no balanço, as bases de preparação e as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.

Procedimentos de auditoria

Os procedimentos consistem em verificar se as divulgações no anexo das DF's são adequados, e se incluem todas as divulgações requeridas pelo normativo contabilístico.

Os principais aspetos a auditar, consoante o tipo de entidade, podem ser:

1. Identificação da entidade.
2. Referencial contabilístico de preparação das DF's.
3. Adoção pela primeira vez das NCRF.
4. Principais políticas contabilísticas.
5. Fluxos de caixa
6. Partes relacionadas
7. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Capítulo V – Conclusões e Relatório de Auditoria

A - Últimos procedimentos anteriores à emissão do Relatório de Auditoria /Certificação Legal de Contas (CLC):

- Ajustamentos e Reclassificações de Auditoria.
- Acontecimentos Subsequentes.
- Apreciação das DF's.
- Revisão global do trabalho realizado
- Declaração do órgão de gestão.

B-Modelos de Certificação Legal de Contas

Ao longo do trabalho de auditoria realizado o auditor vai efetuando recomendações de lançamentos referentes a ajustamentos e/ou reclassificações dos saldos auditados.

- **Lançamentos de ajustamentos:** afetam uma conta de resultados ou de capital próprio. (Exº: reforço de imparidades sobre contas a receber)
- **Lançamentos de reclassificações:** não afetam capital próprio ou o resultado mas são necessários para a imagem verdadeira da posição financeira da empresa. (Exº: apresentar no passivo os saldos credores de DO ou clientes e não a deduzir ao ativo)